

Escolas rurais de Rio Verde –GO: os desafios dos professores ao processo de ensino e aprendizagem em meio a pandemia

Rural schools in Rio Verde -GO: teachers' challenges to the teaching and learning process in the midst of the pandemic

Ana Maria Franco Pereira¹

Maria Zeneide C. Magalhães de Almeida²

50

Resumo: O texto traz como objeto de estudo as escolas rurais no município de Rio Verde – Go. Neste sentido, objetivou-se descobrir quais os desafios enfrentados pelos professores da zona rural, no atual momento de pandemia, ao oferecer um ensino de qualidade à todos e para todos. O trabalho aportou-se em um estudo qualitativo de natureza bibliográfica, partindo de uma análise crítica através de questionários semiestruturados respondidos pelos professores. Evidenciou-se diante das respostas dos professores investigados que, os desafios enfrentados são reflexos da falta de acompanhamento da família, bem como acesso ao sinal de internet à qual está distante da realidade de muitos.

Palavras-chaves: Educação Rural; Professores; Pandemia.

Abstract: The text brings rural schools in the municipality of Rio Verde - Go as an object of study. In this sense, the objective was to find out what are the challenges faced by teachers in the rural area, in the current pandemic moment, by offering quality education to all and for all. The work was based on a qualitative study of bibliographic nature, starting from a

¹ Doutoranda em Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Integrante dos Grupos de Pesquisa GEPPE da UEMS de Paranaíba - MS e do grupo EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURAS EM DIFERENTES ESPAÇOS SOCIAIS/HISTEDBR, pela PUC. Professora concursada pela Secretaria Municipal de Educação do município de Rio Verde - Goiás. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG. ana.franco.p@hotmail.com

² Professora Adjunta/PUC-GOÍÁS-PPGE/EFPH- Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade; Doutora em História Cultural/UNB. Mestre em Educação/UNICAMP-FE. Pedagoga/UCG (PUCGO). Líder do Diretório CNPq/PROPE/ Grupo de Pesquisa: Educação, História, Memória, Culturas em Diferentes Espaços Sociais/HISTEDBR. Ex - Professora Adjunta da FE/UFG. E-mail: zeneide.cma@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2220-9932. <http://lattes.cnpq.br/5736362178244406>. zeneide.cma@gmail.com

Recebido em 30 /08/2020

Aprovado em 22/10/2020

critical analysis through semi-structured questionnaires answered by the teachers. It was evident from the responses of the investigated teachers that the challenges faced are reflections of the lack of monitoring by the family, as well as access to the internet signal, which is far from the reality of many.

Keywords: Rural Education; Teachers; Pandemic.

INTRODUÇÃO

Desde que se iniciou a pandemia do corona vírus, as escolas de forma geral tiveram que adotar tecnologias diferenciadas para dar continuidade ao trabalho, proporcionando garantia ao processo de ensino e aprendizagem aos alunos de toda região do país. Porém, para muitos, a internet ainda não é um sistema acessível a todos, assim muitas e diversas ações foram proporcionadas pela própria Secretaria da Educação de cada região, em parceria com gestores, coordenadores e professores para que todos os alunos tivessem acesso ao ensino.

Desta maneira, inquietou-se à investigar como está este desafio nas escolas rurais do município de Rio Verde – Go, ao ser oferecido esse ensino aos alunos que estudam na zona rural. Será que os alunos estão conseguindo acompanhar as aulas on-line? Os professores estavam preparados para assumir este ensino de maneira remota da noite para o dia? Para obtermos estas respostas, resolveu-se investigar através de questionários tal realidade no município.

Este estudo aporta-se em um estudo qualitativo de natureza bibliográfica, possibilitando apreensão científica a partir da análise crítica das concepções e problematizações pedagógicas imbuídas no campo epistemológico da educação, sobretudo, da educação rural e dos atores pertencentes a esse contexto, especificamente aos professores. O enriquecimento e originalidade do texto, sustenta-se em fontes documentais, bem como, questionário semiestruturado cujo sujeitos escolhidos para responderem estes, foram professores(as) que trabalham e possuem experiências há mais de dez anos consecutivos em unidades escolares localizadas na zona rural do município de Rio Verde – Go.

O texto foi elaborado em quatro seções. Na primeira seção intitulada: A EDUCAÇÃO RURAL BRASILEIRA: um pouco de sua história, objetivou-se contextualizar a história da educação rural brasileira. A segunda seção, intitulada: CONTEXTUALIZANDO AS ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GOIÁS, procurou-se apresentar o cenário de forma resumida da realidade das escolas em funcionamento hoje no município de

Rio Verde – Go. Na terceira seção, com o título: OS DESAFIOS DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE EM MEIO PANDEMIA, onde analisou-se através de um questionário semiestruturado respondido pelos próprios professores, sobre quais desafios enfrentaram e ainda estão enfrentando no momento, devido a Pandemia, pensando em um processo de ensino e aprendizagem com qualidade nas unidades escolares da zona rural do município de Rio Verde – Go.

É válido ressaltar, que este trabalho faz parte dos estudos realizados de uma pesquisa de doutorado (em andamento) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC, a qual busca compreender o processo de nucleação das escolas rurais no município de Rio Verde - GO em um determinado recorte temporal.

1. A EDUCAÇÃO RURAL BRASILEIRA: um pouco de sua história

Voltando no tempo, segundo Barros e Lihtnov (2016), durante as décadas de 1920 e 1930, uma das principais cobranças das classes mais populares foi a alfabetização, termo usado constante em discursos governamentais. Fazendo-se um paralelo aos primeiros anseios sobre a escola rural, ganharam força as primeiras inquietações relativas à produção e ao êxodo rural, e, nessa perspectiva a educação rural passou a ser encarada como alternativa de contenção do êxodo rural que vinha ocorrendo.

Intensificou-se nas décadas seguintes, o processo de industrialização, alienando o sistema educacional brasileiro, sistematicamente elitista, com enorme insuficiência de recursos. No decorrer desse período, surge uma manifestação de combate à urbanização e ao crescimento urbano, que visava ao incentivo de um determinado grupo possuído de interesses diretamente ligados ao desenvolvimento rural no país, conhecido como ruralismo pedagógico.

A educação rural foi marcada no Brasil, a partir da década de 1930, pelo “ruralismo pedagógico” que, segundo Benfica (2006), a preocupação do Estado nessa época estava em promover uma educação voltada às noções de direito, cidadania e participação promovendo no meio urbano, a capacitação de trabalho para o mercado, sendo que, no meio rural a intenção era alfabetizar e ensinar noções de civismo e disciplina. Através da educação, a ideia seria desenvolver a nação e alcançar o progresso (desenvolvimento capitalista), sendo que, permanecia a concepção de campo como um lugar atrasado, que se desenvolvia pouco capital cultural e econômico entre as populações. (BENFICA, 2006).

O ruralismo pedagógico sofreu influências do movimento escolanovista a partir do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, que se iniciou na Europa e nos Estados Unidos da América nas décadas de 1930 e 1940. O movimento fazia contraposição à organização escolar tradicional e intelectualista que empregava métodos de leitura, repetição e memorização de conteúdos descolados da realidade das populações camponesas que, como solução, se defendia uma educação voltada à realidade rural, preparando esses sujeitos para o trabalho agrícola e a permanência na terra, tomando a atividade da criança no centro de suas ações pedagógicas (RIBEIRO, 2012).

Segundo a autora, essa concepção de educação nunca foi posta em prática, a escola se voltou para uma educação que estivesse preparando os alunos para o trabalho urbano atendendo aos interesses do mercado capitalista. De acordo com Prado:

O ruralismo pedagógico pode ser caracterizado como uma tendência de pensamento articulada por alguns intelectuais que, no período em questão, formularam ideias que já vinham sendo discutidas desde a década de vinte e que, resumidamente, consistiam na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Estes encontram-se diluídos entre o que se pôde perceber como interesses de caráter econômico das classes e grupos de capitalistas rurais ou como interesses de grupos, principalmente políticos interessados na questão urbana. Legitimando e reforçando ambas as posturas, encontram-se os intelectuais ligados à educação, estudiosos do papel da educação rural naquele momento e das características e opções que a escola deveria assumir, a fim de compartilhar o projeto abrangente do Estado Nacional (PRADO, 1995. p. 6).

No entanto, o modelo de educação apresentado, estava ligado diretamente ao modelo político-econômico elitista, estruturado em interesses de uma classe social determinada e a permanência de oligarquias, em que o único e exclusivo interesse era a fixação de parte da população nas áreas rurais, controlando, dessa forma, a falta da mão de obra.

Com a criação no Ministério da Educação e da Cultura – MEC, a educação pública no Brasil, ainda na década de 1930, começa a ganhar força, o qual, a partir desse momento passou a controlar a educação no país. Nesse período, a educação rural ganha destaque na questão ideológica como política, em paralelo à ascensão do processo de urbanização no Brasil.

Em 1932, essas indiferenças existentes no sistema educacional brasileiro são evidenciadas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, escrito durante o governo de Getúlio Vargas:

No entanto, se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentado e desarticulado. (AZEVEDO, 2010, p. 54).

Contudo, partindo da realização desse documento, algumas alternativas foram trazidas, dentre elas a democratização e a obrigatoriedade da educação de forma laica e pública. É evidente o contraste entre o ruralismo pedagógico e os signatários do manifesto, sendo que o conteúdo do manifesto voltava-se para a sociedade moderna e industrial, por outro lado, o ruralismo pedagógico objetivava apenas ao convencimento dos alunos a permanecerem no campo.

De acordo com Barros e Lihtnov (2016), apesar das diferenças entre os dois movimentos, é possível destacar um aspecto em comum entre eles: ambos buscavam por meio de novos métodos atraírem a atenção dos alunos, preparando-os para o mercado capitalista.

No entanto, foram elucidados inúmeros avanços sobre a questão da educação com o surgimento da Nova Constituição, em 1934, a qual passou a ser considerada como um direito de todos, passando a ser dever do Estado, conforme disciplinado no artigo 5º, XVI, 148 a 158. Tal direito à educação caracterizou-se como direito subjetivo público, enunciado no artigo 149 como “direito de todos”, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. (BARROS; LIHTNOV, 2016). Em relação às escolas rurais, embora de uma maneira muito insipiente, essa constituição assegurava, em parte, seu financiamento, como evidencia o artigo 156 em seu parágrafo único: “para a realização do ensino das zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual”.

O cenário educacional revelou-se, nos anos seguintes, que a educação estava se desenvolvendo de acordo com os avanços da produção ao nível nacional, e que no campo, ocorria um expressivo aumento de escolas, porém a maioria em situação precária e de sucateamento. O objetivo era novamente a manutenção e a fixação dos sujeitos no campo por meio de escolas voltadas à produção rural daquele período.

Contudo de acordo com Feng e Ferrante (2006), a partir da metade dos anos 70, a sociedade começa a reagir aos tempos de autoritarismo e repressão, as lutas pela democratização da sociedade, de conscientização popular e reivindicações de direitos são assumidas pelos movimentos sociais, fazendo com que as diferentes iniciativas existentes no

campo da educação popular, bem como educação política, formação de lideranças, alfabetização de jovens e adultos, formação sindical e comunitária, começassem a ser pensadas dentro de uma análise crítica em relação à educação escolar e da formação para o trabalho. (FENG; FERRANTE, 2006).

Segundo os autores Feng e Ferrante, a preocupação com um ensino rural que se adaptou a características do meio rural, manifestou-se por intermédio da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61) se repetindo no artigo 28 da atual LDB (Lei 9394/96) que leva em conta medidas para se adequar a escola à vida do campo.

Dessa forma, com relação à oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias para adequação às particularidades da vida rural e de cada região, especificamente aos conteúdos curriculares e metodologias próprias às necessidades e interesses dos alunos da zona rural, a organização escolar própria, com adequação do calendário escolar em relação às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e adequação ao trabalho realizado na zona rural. Porém, apesar da constituição propor diretrizes para serem seguidas, a tradição real do ensino rural tem sido simplesmente reproduzir a escola urbana.

2. CONTEXTUALIZANDO AS ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE –GOIÁS

O município de Rio Verde é um dos principais municípios do estado, sendo considerado o maior produtor de grãos e o maior arrecadador de impostos sobre produtos agrícolas, o mesmo se encontra localizado na região Centro-Oeste do país, na Mesorregião Sul Goiano, mais especificamente, na Microrregião Sudoeste de Goiás. Possui atualmente uma área territorial de 8.379,661 km² e limita-se com os municípios de Montividiu, Paraúna, Santo Antônio da Barra, Santa Helena de Goiás, Maurilândia, Castelândia, Quirinópolis, Cachoeira Alta e Jataí. Localizado a 220 km da capital do Estado de Goiás e a 420 km de Brasília.

Rio Verde é conhecido como a capital do agronegócio em Goiás e em 2009 foi considerado o município mais rico em produção agropecuária do Brasil. Possui o terceiro maior rebanho bovino do estado, além de ser o maior produtor de aves e suínos. Quanto a agricultura é o maior produtor de soja e sorgo em Goiás, segundo lugar no cultivo de milho e terceiro em produção de feijão.

Ao início do século XIX, que se dá seu surgimento, que por volta de 1835, quando José Rodrigues de Mendonça e sua família, beneficiando-se da isenção de impostos pelo período de 10 anos para os criadores de gado bovino e equino, resolvem se deslocar de Casa Branca/SP, para as terras situadas as margens do Rio São Tomás (FERREIRA, 1958). A família de Mendonça, com o intuito de conseguir mão de obra para trabalhar na lavoura e fundar um povoado, providenciaram a imigração de outras famílias. Florentina Cláudia de São Bernardo e os irmãos João e José Prata foram os primeiros moradores a se fixarem na região, nascendo assim o Arraial da Abóboras³.

Rio Verde se desenvolveu de forma próspera e rápida, elevando-se a distrito do município de Goiás por meio da Resolução provincial n. 6, de 5 de agosto de 1848. Posteriormente, foi denominado de Dores do Rio Verde, e só então, por intermédio da Lei provincial n. 8, de 6 de novembro de 1854 é que passa a ser chamado de Rio Verde, todavia, só foi elevado à categoria de cidade com a Resolução provincial n. 670, de 31 de julho de 1882 (FERREIRA, 1958).

Em 1970, aconteceu o grande salto para o desenvolvimento no município de Rio Verde, em razão da abertura dos cerrados, onde a agricultura iniciou um processo de expansão que atraiu os produtores de São Paulo e da região Sul do país, que ao migrarem para o município trazem consigo novas tecnologias, maquinários e recursos, que contribuíram para transformar a cidade em um celeiro de grãos, destacando-se assim frente a todo o estado de Goiás como o maior produtor de soja. De acordo com as informações do IBGE, a partir de 1970 a população do município de Rio Verde teve um aumento considerável, tanto a urbana como a rural, o que explica a migração dos agricultores para a região. O êxodo rural, que se verificou em todo o Brasil na segunda metade do século XX, fica evidente a partir de 1980.

Contudo, com o crescimento da população, cresce com ela também a demanda pelo número de escolas para atender aos filhos dos agropecuaristas. Na década de 1970 são abertas 132 escolas, sendo 12 grupos escolares, 14 escolas isoladas, 49 escolas rurais e 57 escolas municipais. Embora com denominações distintas, todas elas situavam na zona rural do município de Rio Verde. Ressalta-se que, muitas foram extintas com apenas um ano de funcionamento, fato ocorrido com 21 dessas instituições, e uma grande parcela tiveram entre 2 a 5 anos de atividade.

³ Este nome foi recebido por ocasião da guerra do Paraguai, quando as forças expedicionárias utilizaram as abóboras para sua alimentação, que foram plantadas pelos índios que vieram de Patos, Araxá e Farinha Podre (FERREIRA, 1958).

É importante ressaltar, que dois tipos de problemas se originaram com o fechamento das escolas rurais: os alunos passavam a ter que se deslocarem para outras escolas, as vezes distantes de suas residências, acarretando um longo período no transporte escolar, com péssimas estradas; ou abandonavam os estudos por falta de transporte escolar. Muitos pais também não viam a necessidade de seus filhos estudarem, principalmente os pequenos proprietários, que precisavam de mão de obra nos afazeres diários.

Diante destes pressupostos, o que também acarretava muitos problemas para os alunos era o êxodo rural, quer seja para os centros urbanos ou dentro da própria área rural. Muitos, em busca de melhorias ou por demissões devido a mecanização das lavouras, mudavam diversas vezes no prazo de um ano e sequer requeriam os documentos escolares dos filhos, o que ocasionava o problema dos pais sequer saberem a série que as crianças cursavam.

As escolas rurais no município de Rio Verde, eram em sua maioria multisseriadas, e contavam apenas com um professor que realizava todas as funções de uma escola. Convém destacar que muitas destas escolas funcionavam em situações precárias, sem recursos físicos adequados, sem acompanhamento pedagógico e com professores leigos.

Durante quatro décadas, segundo dados colhidos no Departamento de Unidades Escolares e Projetos Extintos e Estatística (SME), Rio Verde contou com a criação de 194 escolas na zona rural, que foram criadas para atender as demandas da população deste meio. Dada a grande migração, vimos que muitas foram extintas na mesma velocidade com que foram criadas.

A partir de 2000, mais especificamente em 2003, que ocorreu a nucleação das escolas rurais do município, por meio da Portaria n. 076/03/SME que “Estabelece a Nucleação das Unidades Escolares da Zona Rural”, do dia 26 de novembro de 2003, na gestão do Prefeito Paulo Roberto Cunha e da Secretária Municipal de Educação, Lúcia Alves Caetano. A referida Portaria resolve:

Art. 1º - Estabelecer a nucleação das Unidades Escolares da Zona Rural, com o objetivo de melhorar a qualidade e eficiência na gestão escolar, maximizando a utilização de recursos destinados à manutenção dos alunos e professores, mais próximos de suas residências e, a minimização do curso do Transporte Escolar.

Art. 2º - Utilizar a nucleação como instrumento avançado para a autonomia escolar, assegurando um porte mínimo, com lotação adequada de pessoal, monitoradas por Diretoras compromissadas com a qualidade do ensino. (RIO VERDE, 2003, p. 2).

No entanto, de acordo com informações do Departamento de Unidades Escolares e Projetos Extintos e Estatística (SME), a nucleação não foi realizada com o consenso dos pais ou mesmo dos profissionais das escolas rurais, ela foi efetivada apenas pela Secretaria Municipal de Educação, que tomou como medida o fechamento de várias escolas, transferindo os alunos e professores para outras unidades que seriam sede dos núcleos. Muitos alunos passaram a estudar nas escolas urbanas do município de Rio Verde e a utilizarem o transporte escolar para se deslocarem do campo para a cidade, inclusive alguns professores que ao terem as escolas fechadas, passaram também a usar o transporte por residirem na zona rural.

Observou-se também que, na portaria as escolas estão denominadas de EMREF, com isso, todas as escolas em atividade a partir daquela época, localizadas na zona rural, passam a ser denominadas de Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental (EMREF), até os dias de hoje.

Hoje no ano 2020, o município de Rio Verde-Goiás, possui até o momento, dez escolas localizadas na zona rural as quais foram nucleadas, ou seja, as escolas polos que receberam alunos das escolas menores que foram fechadas, são elas segundo mostra o quadro 1, à seguir:

QUADRO 1 – Escolas Rurais ativas no município de Rio Verde - Go – Setembro/2020

<i>Nº</i>	<i>EMREF</i>	<i>SEGMENTOS ATENDIDOS</i>	<i>Nº DE ALUNOS APROXIMADAMENTE</i>
01	EMREF Água Mansa Coqueiros	Educação Infantil ao 5º Ano	56
02	EMREF Baumgart	Educação Infantil ao 5º Ano	25
03	EMREF Breno de Araújo	Educação Infantil à 1ª série do Ensino Médio	268
04	EMREF Cabeceira Alta	Educação Infantil à 3ª série do Ensino Médio	180
05	EMREF Escadinha do Futuro	Educação Infantil à 3ª série do Ensino Médio	240
06	EMREF Monte Alegre	Educação Infantil à 3ª série do Ensino Médio	196
07	EMREF São José do Pontal	Educação Infantil à 3ª série do Ensino Médio	230
08	EMREF Sete Léguas	Educação Infantil ao 5º Ano	25
09	EMREF Vaianópolis	Educação Infantil ao 5º Ano	16
10	EMREF Vale do Rio Doce	Educação Infantil à 3ª série do Ensino Médio	319

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados do Departamento de Unidades Escolares e Projetos Extintos e Estatística (SME).

É válido ressaltar que, as EMREFs Água Mansa Coqueiros, Baumgart, Sete Léguas e Vaianópolis, ainda trabalham com sistema “multisserido”, ou seja, vários anos/séries na mesma sala, onde a dinâmica das aulas e do trabalho dos professores acontecem de forma interdisciplinar, bem como na integração dos componentes curriculares ao processo de ensino e aprendizagem.

Destaca-se também as EMREFs Breno de Araújo, Cabeceira Alta, Escadinha do Futuro, Monte Alegre, São José do Pontal e Vale do Rio Doce, cujas trabalham com o Ensino Médio, estas unidades escolares quanto ao atendimento deste segmento atendem tais turmas como extensão de Escolas Estaduais do Município onde existe uma parceria entre ambos, há alguns anos.

3. OS DESAFIOS DOS PROFESSORES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE EM MEIO PANDEMIA

Desde que se iniciou a pandemia do coronavírus, as escolas de forma geral tiveram que adotar a tecnologia para dar continuidade ao trabalho, bem como, a garantia de levar a educação aos alunos de toda região do país. Porém, para muitos, a internet ainda não é um sistema acessível a todos eles, se encontra fora da realidade de muitos, e pensando nessas crianças e nesses jovens estudantes, muitas e diversas ações foram proporcionadas pela própria Secretaria da Educação de cada região, em parceria com gestores, coordenadores e professores que trabalham nas unidades de ensino, para que todos os alunos tivessem acesso ao processo de ensino e aprendizagem.

Em Rio Verde, não foi diferente, as escolas e os profissionais da educação se desdobraram para aprender e desenvolver essa nova metodologia de ministrar aulas através da categoria “remotas”. Tiveram que aprender de um dia ao outro a manusearem sites, programas, técnicas e qualquer dinâmica que fosse necessária para levar o ensino até o aluno.

No entanto foi um processo desafiador para os profissionais das unidades das escolas urbanas, imagina para as unidades das escolas rurais, pois o acesso é mais limitado, e existe lugares que nem o sinal para internet possuem. Dessa maneira, decidiu-se realizar uma pesquisa através de questionário semiestruturado da realidade de cinco professores que trabalham cada qual em uma escolar rural específica no município de Rio Verde, buscando assim compreender se essa nova dinâmica está sendo ou não satisfatória no processo de ensino e aprendizagem de maneira qualitativa, e se todos os alunos destas unidades escolares estão tendo acesso a este ensino oferecido de maneira remota.

A busca de respostas à esses questionamentos em cinco escolas foi intencioada na reflexão e comparação das respostas entre elas, quanto as dificuldades encontradas, se seriam

semelhantes ou não. Já a escolha dos professores dessas escolas, o critério foi que os mesmos teriam que ter no mínimo cinco anos fixos de trabalho desenvolvido na unidade

Pelo que vimos no quadro acima, todas as EMREFs selecionadas, estão localizadas na Zona Rural, e possuem o Ensino Fundamental I. É válido ressaltar que todas as unidades citadas no quadro 1 para a pesquisa, exceto a EMREF Vale do Rio Doce, o trabalho realizado ainda é de forma multisseriada.

Ao iniciar a análise dos questionários semiestruturados respondidos pelas professoras, decidiu-se, para segurança da identidade do profissional, nomear esses profissionais no decorrer da escrita do texto de Professor(a) da Escola 1 (PE1), Professor(a) da Escola 2 (PE2), Professor (a) da Escola 3 (PE3), Professor (a) da Escola 4 (PE4) e Professora da Escola 5 (PE5), desta maneira no decorrer do trabalho as respostas desses profissionais serão destacados pelas siglas acima elaboradas, e as escolas seguirão a numeração de acordo com a apresentação no quadro 1. Por exemplo, a EMREF Água Mansa Coqueiros que é a primeira do quadro na posição de número 1, será a escola 1, e assim sucessivamente.

Analisando as respostas dos(as) professores(as) questionados(as), destaca-se que, todos(as) são do sexo feminino e possuem a faixa etária de idade entre 35 à 52 anos, com experiência em sala de aula no Ensino Fundamental I, entre 11 e 18 anos, e todas possuem especialização. É válido ressaltar que a PE1 e a PE2 moram na região próxima à escola, e as demais residem na cidade, onde se deslocam todos os dias para irem trabalhar.

Ao iniciar os questionamentos às professoras, perguntou-se: *Qual o sentimento e o estado psicológico se encontra no momento devido à pandemia?*

PE1 - “Insegurança e dúvidas”. PE2 - “Angústia, incertezas do momento e ansiedade”. PE3 - “No início, fiquei com medo, angustiada. Com um tempo fui percebendo, que não era realmente o que estavam dizendo. Hoje vejo, um mero jogo político de corrupção”. PE4 - “Sentimento de incertezas, estresse, medo. Esses sentimentos são constantes devido aos problemas do momento”. PE5 - “Sinto tristeza pela situação, mais sei que irá passar”.

Percebe-se pelas respostas das professoras que o sentimento de medo, de ansiedade e de angústia devido a pandemia é grande, os quais sentimentos ficaram estremecidos podendo prejudicar o profissional. Porém uma das professoras, em específico a **PE3**, ressaltou estar de certa forma, assustada com o momento de tanta tristeza devido a Pandemia e muitos políticos aproveitando disso para politicarem e dessa forma aumentando o índice de corrupção. As professoras **PE1**, **PE2**, **PE3** e **PE4** afirmaram terem pessoas próximas que foram contagiadas

e que também até veio à óbito, deixando-as ainda mais em aflição, apenas a **PE5** afirmou não ter tido ninguém próximo contagiado(a).

Quanto ao trabalho de maneira remota perguntou-se: **Teve formações para trabalhar de forma remota? Se sim, como foi? Se não, como desenvolveu seu trabalho?**

PE1 – “Tenho orientações “agora”, mas no início foi difícil. Faço pesquisa e observo o que dá um bom resultado e mudo sempre que se faz necessário”. **PE2** – “Não. Fui me capacitando conforme a necessidade do momento”. **PE3** – “Não. Me capacitei conforme a necessidade e através de pesquisas, troca de conhecimentos com os colegas”. **PE4** – “Não. Por meio de pesquisa na internet”. **PE5** – “Sim. Através das orientações da coordenação e direção da escola”.

Pelo que podemos perceber, apenas uma professora (**PE5**) afirmou ter tido orientações, porém, nenhuma formação. Desta maneira é visível perceber que estes profissionais não tiveram uma “capacitação” e/ou “formação” capaz de levá-los ao início dessas aulas remotas de maneira segura.

Sobre ao acesso à internet questionou-se as professoras: **Como era e/ou é o seu acesso à internet antes e na atual pandemia?**

PE1 – “Não. Agora tenho, e o sinal é lento e fraco”. **PE2** – “Sim. Considero boa”. **PE3** - “Sim. Mais ou menos boa”. **PE4** – “Sim. Lenta”. **PE5** – “Sim. Precisa melhorar”.

Diante das respostas das professoras quanto ao uso e sinal da internet, fica claro que a maioria delas não possuem uma internet de qualidade para trabalharem de forma satisfatória, e aproveita-se para chamar a atenção para a profissional **PE1**, a qual afirmou que não possuía internet e agora tem, porém, muito lenta, sendo válido lembrar que esta professora mora em uma região próxima a unidade escolar como dito anterior neste texto, e questiona-se ao mesmo tempo também, sobre como deve estar esse acesso aos alunos a internet?

Quanto aos aparelhos eletrônicos para uso tecnológicos, perguntou-se: **Possui equipamentos em condições de uso para o trabalho on-line?**

PE1 – “Sim. Tive que adquirir”. **PE2** – “Sim. Em condições regulares”. **PE3** – “Sim, porém precisando serem substituídos”. **PE4** – “Sim. No entanto para melhorar a qualidade da aula seria necessário recursos adequados”. **PE5** – “Tive que adquirir novo aparelho celular e notebook também”.

Partindo dessas respostas, constata-se que três professoras já possuíam os aparelhos eletrônicos, no entanto já sentem a necessidade de substituí-los, pois estão desgastados. E outras

afirmaram ter tido a necessidade de comprar, assim ficando claro outro enfrentamento onde os professores enfrentaram e ainda estão enfrentando.

Em relação ao rendimento dos alunos com as aulas remotas, perguntou-se às professoras:

Na sua opinião as aulas remotas está alcançando um rendimento satisfatório? Justifique.

PE1 – “Contraditório essa resposta, depende de fatores com variáveis diferenciadas. A conclusão é a mesma de sempre, onde a parceria entre escola, família e aluno sempre rende bons resultados. Quando um dos lados é deficiente o resultado não é satisfatório”. **PE2** – “Às vezes pode não alcançar o efeito desejado se o aprendizado das crianças não estiver sendo acompanhado e avaliado de maneira correta, todo esse processo depende muito da escola x família = sucesso”. **PE3** – “Não. Porque a família não está preparada ou não tem formação para acompanhar o filho”. **PE4** – “Em partes. Pelo motivo da falta de condições e equipamentos tanto dos professores quanto dos alunos. Principalmente a qualidade da internet ou mesmo a falta dela”. **PE5** – “Não quanto se espera. Pois existe uma diferença social e muitos alunos não tem como acessar as aulas.”

Observando estas respostas, conclui-se diante da opinião dos professores, que o rendimento não é totalmente considerado satisfatório devido há dois fatores sendo eles: o acompanhamento e o comprometimento da família, que por sinal é muito influenciador neste momento e de suma importância, e o segundo fator está relacionado com o sinal de internet, que nem todos possuem, em específico o nosso caso de estudo, que se refere a zona rural.

A participação dos alunos neste momento sabe-se que é de extrema importância, assim questionou-se aos sujeitos dessa pesquisa atuantes nesta dinâmica remota: ***Os alunos estão tendo comprometimento com a aprendizagem?***

PE1 – “Alguns sim, outros demais e uns alheios, depende muito da família como disse anteriormente”. **PE2** – “Quando a parceria família e escola ocorre de maneira positiva, sim”. **PE3** – “Quando a família se envolve com a escola, o resultado acontece”. **PE4** - “Na medida do possível sim. Percebo que o maior problema é a atividade chegar até o aluno, seja por internet ou impressas”. **PE5** – “Não. Pois muitos usam os dados móveis para acessar as aulas, e acabam rápido”.

Mais uma vez fica-se evidente nas respostas das professoras, que o apoio e o acompanhamento da família no trabalho proposto aos alunos são de grande importância, como também a questão da internet, que nem todos tem o sinal com qualidade, e que neste momento se faz fundamentalmente importante ao processo de ensino e aprendizagem. Se pensando

em pontos positivos e negativos neste período de pandemia com o trabalho remoto, perguntou-se aos professores: ***Quais os prejuízos, pontos negativos que considera ter ocorrido com as aulas on-line?***

PE1 – “Corpo a corpo com o aluno, principalmente com aqueles em que a família não acompanha ou incentiva os próprios filhos, alguns contam somente com a figura do professor”.

PE2 – “Diminuição do rendimento de ensino escolar”. **PE3** – “Não ter o mesmo rendimento escolar como teríamos nas aulas presenciais; uso excessivo das telas virtuais prejudicando a visão”. **PE4** – “O contato direto com o aluno”. **PE5** – “O prejuízo financeiro, pois tive que comprar celular e notebook após arrumar várias vezes os aparelhos que eu tinha e o salário diminuído, e também a frustração em não alcançar os objetivos desejados”.

E quanto aos pontos negativos questionou-se: ***Quais pontos positivos considera ter ocorrido com as aulas on-line?***

PE1 – “Algumas e poucas famílias se envolveram com seus filhos, redobram os cuidados, afeto e atenção, plantando lindas flores na memória das crianças”. **PE2** – “A superação de novos desafios, enquanto professora”. **PE3** – “Conhecer programas digitais”. **PE4** – “A aproximação com as tecnológicas digitais. Nova formas de ensinar e aprender. A pesquisa em busca da aprendizagem e principalmente a participação de mais efetiva de alguns pais (poucos) nesse processo”. **PE5** – “A importância da tecnologia para os alunos e professores”.

Percebe-se o quanto as professoras necessitam dos acompanhamentos dos responsáveis, ou seja, a família do aluno, pois a todo momento eles citam essa “deficiência” no desenvolvimento do trabalho efetuado diante desse ensino remoto, reforçam sempre em suas respostas como um desafio, pois dessa maneira, não conseguem alcançar um rendimento satisfatório ao processo de ensino e aprendizagem. E de forma positiva, à partir desse ensino remoto, destacaram-se as inúmeras aprendizagens nas questões tecnológicas que adquiriram, como também, se sentiram no dever de citar a participação de alguns pais (poucos) no envolvimento da aprendizagem dos filhos, aproximando-se até mesmo, a família com a escola.

E para finalizar a análise dos questionários respondidos pelas professoras, perguntou-se: ***Em sua opinião o que precisaria neste momento para melhorar o ensino remoto até ao final da pandemia?***

PE1 – “Bom senso e respeito, porque mesmo com internet veloz, equipamentos lotados de memória, excelentes políticas públicas, se faltar esse quesito, nada avança, porque somos em primeiro lugar seres humanos e devemos no mínimo agir como tal”. **PE2** – “A quarentena

ainda não tem data certa para acabar. Para contornar, precisamos assegurar que a escola se mantenha presente no cotidiano das famílias e estudantes cada vez mais. Tendo um só foco (ensino aprendizagem do aluno), organizando uma rotina e orientando os responsáveis que não façam as atividades por eles, e que, se tiverem acesso à internet, ampliem a aprendizagem por meio de sites e aplicativos positivos para o momento. PE3 – “O apoio da equipe técnica dos municípios: cobrança e incentivo as famílias que não estão preparadas, não jogando toda a responsabilidade que as vezes não cabem ao professor”. PE4 – “Melhorar a qualidade e acesso à internet, bem como, ter sem dúvidas, equipamentos necessários”. PE5 – “O acesso da internet para todos os alunos”

Considerando as respostas desse último questionamento aos professores, percebe-se uma variedade de respostas, onde apontam questões importantes para um desenvolvimento eficaz ao processo de ensino e aprendizagem. O respeito e o bom senso colocou-se na discussão, refletidos ao desenvolvimento do trabalho e do profissional docente. Reforçou-se também mais uma vez, a participação da família junto à escola, pois sem ela, fica claro nas palavras das professoras a dificuldade em desenvolver um trabalho/ ensino de qualidade.

Outro destaque importante apontado para a melhoria neste processo de aulas remotas pelas professoras, é que sejam oferecidas mais formações e orientações com as tecnologias, pois neste momento as inovações são essenciais. E outro fator muito importante apontado por umas das professoras, foi o acesso à internet para todos os alunos, que leva-nos a refletir que muitos problemas seriam selecionados realmente caso esta ação fosse colocada em prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual momento, o ensino remoto que chegou de forma emergencial a toda a educação do país, foi desafiador a todos os profissionais da educação envolvidos, mesmo possuindo condições favoráveis de infraestrutura, aparelhos tecnológicos de qualidade e uma internet boa. Porém, na zona rural, sem conexão, e/ou velocidade de internet desfavorável, falta de contato frequente com os alunos, professores e escolas, bem como a rotina das famílias no campo, as dificuldades são maiores.

Contudo, diante das respostas das professoras selecionadas para a pesquisa deste trabalho, ficou-se mais evidente os desafios enfrentados para se desenvolver um ensino de qualidade com os alunos de forma remota que estudam nas escolas rurais no município de Rio Verde- Go, pois mesmo com aulas presenciais, a família já apresentava dificuldades em

acompanhar o desenvolvimento dos filhos, imagina agora, com esse novo modelo de ensino, o desafio se tornou ainda maior.

Portanto, para uma continuidade ao trabalho na educação rural com qualidade e totalmente acessível a todos neste momento de pandemia, com as metodologias de ensino através de aulas remotas ou outros, as respostas das professoras analisadas neste estudo, nos apresenta que ainda será um processo desafiador aos professores dessas unidades escolares, pois para elas, enquanto não tiver o apoio e o acompanhamento da família em casa, enquanto não for oferecido sinal de internet para todos de maneira satisfatória, e/ou desenvolverem ações para levar as atividades impressas até os alunos, dificilmente poder-se-á dizer que o processo de ensino e aprendizagem na Educação Rural está sendo “totalmente” de qualidade neste período de Pandemia, ressaltando que até o momento não se tem precisão do retorno das aulas presenciais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. **Manifestos dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BARROS, Lânderson Antória; LIHTNOV, Dione Dutra. **Reflexões sobre a educação rural e do campo: as leis, diretrizes e bases do ensino no e do campo no Brasil**. 2016.

BENFICA, Welessandra A. **A escola rural na década de 1990: expectativas e significados da experiência escolar para os alunos e suas famílias**. PUC/MG - Programa de Pós-Graduação em Educação (Dissertação de Mestrado). Belo Horizonte, 2006.

BRASIL. **Lei n. 12.960 de 27 de março de 2014**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

_____. **Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo**. Parecer CNE/CEB N° 23/2007. Brasília: MEC, 2007.

FENG, Lee Yun; FERRANTE, VLSB. **A educação rural no contexto prático: dilemas e dificuldades**. I Simpósio Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais, Anais, 2006

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958.

PRADO, A. A. **Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 4, julho 1995: 5-27.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo e escola ativa: contradições na política educacional no Brasil. **Educação em Revista**, Marília, v. 12, n.º. 2, p. 23-40, jul./dez. 2011.

_____. Educação rural. In: CALDART, R,S; PEREIRA, I, B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 293-299.

RIO VERDE. **Portaria n. 076/03/SME**. “Estabelece a Nucleação das Unidades Escolares da Zona Rural”, de 26 de novembro de 2003. Secretaria Municipal de Educação de Rio Verde/GO.

RIO VERDE. **Resolução 061/2009**. Estabelece diretrizes, normas e princípios para a Educação Básica no Campo no Sistema Municipal de Ensino. Conselho Municipal de Educação de Rio Verde/GO. Disponível em:
<<http://webcomerv.cloudapp.net/downloads/resolucoes>>.